



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 014/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE nº 10986/2014.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Silves.
- 4- **Exercício:** 2013.
- 5- **Responsável:** Sr. Franrossi de Oliveira Lira, Prefeito Municipal.
- 6- **Unidade Técnica:** Relatório Conclusivo nº 14/2014-DICREA, fls. 1176/1208.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 372/2015, fls. 2591/2594, da Dra. Elissandra Monteiro Freire, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Silves. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação, com ressalvas, das Contas Anuais.

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando ao Poder Legislativo Municipal de Silves a **APROVAÇÃO COM RESSALVAS** da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Silves, referente ao exercício 2013, de responsabilidade do Sr. Franrossi de Oliveira Lira, nos termos do art. 31, §§1º e 2º, da CF/88 c/c art. 127, da CE/89, art. 18, I, da Lei Complementar nº 06/91, art. 1º, I e artigo 29, III da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 5º, I, e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, II, da Resolução nº 04/02 (Regimento Interno TCE-AM).



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 014/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

10- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 18 de março de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSU É CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

RAIMUNDO JOSÉ MICHILES
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MOARES COSTA FILHO
Conselheiro Convocado

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 014/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 014/2015)

1- **Processo TCE nº 10986/2014.**

2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.

3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Silves.

4- **Exercício:** 2013.

5- **Responsável:** Sr. Franrossi de Oliveira Lira, Prefeito Municipal.

6- **Unidade Técnica:** Relatório Conclusivo nº 14/2014-DICREA, fls. 1176/1208.

7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 372/2015, fls. 2591/2594, da Dra. Elissandra Monteiro Freire, Procuradora de Contas.

8- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Prefeitura Municipal de Silves. Exercício de 2013.

*Contas Regulares com ressalvas.
Recomendação à origem.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, em discordância**, com o representante do Ministério Público junto a este Tribunal:

9.1 - Julgar REGULAR COM RESSALVAS a Prestação de Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Silves, relativas ao exercício de 2013, sob responsabilidade do Sr. Franrossi de Oliveira Lira, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, e art. 24, da Lei Estadual nº 2423/96, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/02-TCE/AM;

9.2 - RECOMENDAR a Prefeitura Municipal de Silves:

a) Que faça o efetivo controle nas aquisições de combustível de forma mais detalhada como controle do hodômetro (veículos automotores), origem e destino (eventuais escalas), horário, identificação da autoridade requerente e do funcionário responsável pela prestação do serviço. Nos caso de embarcações, identificação nas requisições, tais como matrícula, nome da autoridade requerente e do responsável pela prestação do serviço e finalidade do consumo;

b) Que programe os procedimentos administrativos de controle dos pagamentos de despesas via bancária, nos termos do art. 65 da Lei nº 4.320/1964, e que as disponibilidades de caixa de valores relevantes, sejam mantidas em instituições financeiras, conforme prevê o art. 43 da Lei nº 101/2000-LRF, c/c o § 3º do art. 164 da CF/88, os §§ 1º e 2º do art. 156, da CE/89 e art. 156 da Lei Orgânica do Município de



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº 014/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 014/2015)

Silves, evitando assim possíveis prejuízos ao erário municipal, pela perda de rendimento imediato com possíveis aplicações financeiras;

c) Que observe os dispositivos constitucionais concernentes ao Princípio da Legalidade e Economicidade esculpidos nos artigos 37 e 70, da CF/88;

d) Que encaminhe todos os Atos de Admissão de Pessoal, concursados e/ou temporários devem ser informados via SAP e encaminhados para esta Corte de Contas, para análise nos termos do art. 1º, inciso IV, da Lei nº 2.423/96 e art. 5º, IV da Resolução nº 04/2002-TCE;

e) Que apresente toda documentação relativa ao pagamento dos precatórios realizados pela Prefeitura, pois devem estar na sede do Município (art. 100 da CF/88) e apresentadas aos Técnicos do Tribunal de Contas, por ocasião da Inspeção Ordinária.

10- Ata: 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 18 de março de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSU É CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spepe> e informe o código: 0ECBD588-9B668A1D-46157083-13DD9F13